

Solução verde

O Parque Nacional do Iguaçu, na região oeste do Paraná, está ameaçado de perder o *status* de Patrimônio Natural da Humanidade. Esse título foi concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em 1986. No Brasil, apenas duas outras áreas de preservação ambiental ganharam o mesmo *status*: a Costa do Descobrimento, região de reservas florestais entre a Bahia e o Espírito Santo; e os restos da mata atlântica, distribuídos pela Região Sudeste. A Unesco está preocupada com os riscos a que está exposto o meio ambiente do parque, onde se localizam as Cataratas do Iguaçu. Já no encontro promovido pela Unesco no Marrocos, em dezembro do ano passado, o Parque Nacional do Iguaçu foi incluído na lista dos patrimônios naturais em perigo.

A principal das ameaças ecológicas ao parque é a Estrada do Colono, um trecho de 17,6

quilômetros de extensão ligando os municípios de Serranópolis do Iguaçu, no oeste do Paraná, com Capanema, no sudoeste, e que encurta quase 200 quilômetros de percurso entre as duas localidades. O governo do Paraná abriu essa estrada, dentro da mata, em 1954, para facilitar a colonização do oeste do Estado por lavradores gaúchos e catarinenses. Com o aumento do tráfego e o desenvolvimento de atividades predatórias ao longo da rodovia, em 1986 o extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal obteve, por medida judicial, o fechamento da estrada.

Em 1996, por decisão do presidente do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, a estrada foi reaberta. Em junho do ano seguinte, o ministro Luis Vicente Cernichiaro, do Superior Tribunal de Justiça, anulou a decisão do TRF, de-

terminando novamente o fechamento da estrada. A decisão judicial nunca foi cumprida porque, imediatamente após a publicação da sentença, cerca de mil moradores da região iniciaram o cascalhamento da estrada e sua ocupação, apresentada como "definitiva". Passados quatro anos, tanto a Polícia Federal como a Polícia Rodoviária Federal alegam não ter efetivos e estrutura para enfrentar a comunidade local e impor a interdição.

A perda do *status* de Patrimônio Natural da Humanidade terá reflexos econômicos negativos para a região, pois implicará a suspensão de créditos externos da ordem de US\$ 200 mil a US\$ 300 mil ao ano, que são empregados na conservação daquela área. Porém, a perda mais significativa poderá ser a do fluxo de turismo internacional, uma vez que figurar na lista de patrimônios naturais da Unesco é importante para que o Parque também figure nos programas de ecoturismo que atraem visitantes estrangeiros.

O caso do Parque do Iguaçu será discutido na reunião do World Heritage Comitee, órgão ligado à Unesco, em Cairns, na Austrália, no final de novembro. E a retirada do *status* de Patrimônio Natural, caso se confirme, pode comprometer bastante a pretensão brasileira de obter o mesmo título para outros sete parques nacionais que precisam de recursos internacionais e de fluxos de ecoturismo para serem preservados. Uma possível saída para evitar que isso aconteça seria manter aberta a estrada, já que ela se tornou importante para a comunidade, mas limitar o volume de tráfego e vigiar e punir com rigor todo tipo de agressão ambiental que ocorra no parque. Entidades ambientalistas podem ajudar, e muito, na efetivação prática dessa "solução verde".

INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	OESP
Data	17/11/2000 Pg. 43
Class.	617